

IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DO JOVEM E DA JUVENTUDE: CONSIDERAÇÕES SOBRE O JUIZ DE FORA NOS TRILHOS DA PAZ

Clarice Cassab*

RESUMO

O objetivo do trabalho é realizar uma breve análise do programa Juiz de Fora nos trilhos da paz. A intenção é tentar identificar algumas das imagens e representações que o programa tem da juventude e do jovem. Espera-se que esse artigo possa fomentar a reflexão sobre os reflexos e efeitos das imagens construídas dos jovens e da juventude na definição das políticas destinadas a esse segmento na cidade de Juiz de Fora.

Palavras-Chave: Juventude – política – Juiz de Fora nos trilhos da paz

INTRODUÇÃO

O objetivo é realizar uma reflexão sobre de que maneira as imagens construídas sobre os jovens e a juventude se refletem na definição das políticas destinadas a esse segmento na cidade de Juiz de Fora. A intenção é identificar a estreita relação entre as imagens socialmente produzidas – em especial através dos meios de comunicação de massa – e as políticas destinadas aos jovens no município. A fim de responder essa questão optou-se por uma breve análise do programa Juiz de Fora nos trilhos da paz.

Quais as imagens e representações que se tem desses sujeitos e de que maneira elas se projetam no programa? Essa é a questão que se pretende investigar. É por meio da análise das diferentes representações que se tem sobre os jovens e a juventude e das formas de atuação e intervenção sobre esses sujeitos que se constrói essa reflexão.

O artigo está organizado de forma a apresentar, num primeiro momento, um panorama sintético do programa “Juiz de Fora nos trilhos da paz” e o perfil dos jovens atendidos pelo

* Geógrafa, mestra em planejamento urbano e regional pela UFRJ, doutora em Geografia pela UFF, professora do Departamento de Geografia da UFF - Campos.

mesmo. Por último serão sinalizadas algumas questões, oriundas de reflexões iniciais, sobre a imagem de jovem refletida no programa em questão.

Cabe, no entanto, frisar que esse texto não tem a ambição de realizar uma avaliação do programa mas apenas levantar alguns aspectos que permitam a reflexão e o debate público sobre o mesmo¹

O JUIZ DE FORA NOS TRILHOS DA PAZ

O programa Juiz de Fora nos Trilhos da Paz (JF na Paz) tem sua origem vinculada à percepção, por parte da Diretoria de Política Social da prefeitura de Juiz de Fora, de que se estava ampliando o número de casos de violência envolvendo jovens na cidade – seja como vítimas ou agressores. Em 2000, foi proposta a realização de um diagnóstico desses casos e um estudo de ações para seu enfrentamento e prevenção.

Três anos após o diagnóstico, foi elaborada uma proposta de trabalho, em convênio com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, que deu origem ao JF na Paz, articulando um conjunto de ações direcionadas ao desenvolvimento da “cultura da paz” nos bairros periféricos da cidade.

A idéia de cultura da paz, de acordo com a Secretaria Municipal de Política Social, é a de trabalhar com os jovens valores como participação, igualdade, respeito aos direitos humanos e às diversidades culturais, liberdade e tolerância. Assim, é sintetizado seu objetivo:

O programa tem como princípio contribuir para a promoção da cultura da paz por meio da articulação de ações desenvolvidas por diversos órgãos públicos que visam criar alternativas para novas faces de vivências cotidianas, em que o diálogo e o respeito estejam presentes, contribuindo para afastar crianças e jovens de situações de risco pessoal e social. Ao se inscreverem no Projeto, eles participam de atividades sócio-culturais como dança, teatro, arte multimídia, percussão, produção cultural, modalidades esportivas, horticultura, skate, hip-hop, capoeira e informática (PREFEITURA DE JF, 2007, p. 247).

Dentre os princípios que norteiam o JF na Paz estão os de participação, integralidade, parceria e territorialidade. A parceria e a participação garantiriam

uma revalorização do poder local e das relações existentes entre os diversos atores políticos institucionais e de seus saberes e interesses, com possibilidade de prestação de políticas públicas a partir de parcerias, introduzindo uma nova lógica na ação política (PREFEITURA DE JF, 2007, p. 247).

A integralidade parte do reconhecimento de que a “erradicação da exclusão” só seria possível mediante a ação direcionada aos diversos processos causadores da “exclusão”. Por fim, a territorialidade permitiria o reconhecimento da diversidade espacial e

as especificidades das manifestações de exclusão, impedindo a diluição da visão integral, fazendo com que os habitantes possam expressar melhor as suas necessidades e encontrem mecanismos de participação e que os atores se envolvam mais na luta contra a exclusão (PREFEITURA DE JF, 2007, p. 247).

A dimensão da territorialidade é assim expressa por uma das coordenadoras do programa:

A oportunidade de eles conhecerem locais que eles não conhecem, a oportunidade de eles interagirem com outros meninos que fazem a mesma oficina que eles, que são de outros locais; de eles conhecerem um trabalho que é do mesmo tipo, que tem o mesmo enfoque do trabalho deles, só que de forma diferenciada. Porque, dependendo do aluno, você tem que trabalhar de forma diferenciada. Então, essa interação entre as comunidades é ótima para os meninos. Todo ano a gente participa do desfile de Sete de Setembro. A gente traz alunos de todas as comunidades, trabalha com alunos de todas as comunidades. A gente coloca na rua, mais ou menos, uns dois mil alunos para desfilar. E isso é muito importante. Eles moram na cidade e não conhecem a cidade, por falta de oportunidade. Às vezes, eles nem têm noção do que pode estar acontecendo ou do que existe na sua própria cidade. É uma questão mesmo da territorialidade deles. E o programa proporciona isso a eles (M., em entrevista à autora, 2008).

Interessante notar que, para M., são nos eventos que os jovens podem experimentar a cidade em outra dimensão, pois “imagina, um menino que mora lá na Vila Esperança, a oportunidade que ele tem de conhecer Santa Efigênia, um outro bairro que, para a gente, é bobeira, mas, para ele, é uma outra realidade”. No exemplo dado, ambos são bairros pobres e periféricos da cidade.

De forma sintética, pode-se dizer que a metodologia de construção do programa partiu da identificação de 100 microáreas de maior carência no município. Após essa etapa, foram mapeados os atores sociais de maior relevância existentes nessas regiões e que pudessem somar-se ao programa, bem como à realização de uma rápida pesquisa sobre as condições de ocupação das microáreas a serem trabalhadas.

Dentre o universo de 100 microáreas foram inicialmente escolhidas 11 áreas de prioridade. A partir daí iniciou-se a articulação de representantes da prefeitura com professores e diretores das escolas dos bairros selecionados, bem como de seus alunos. Identificaram-se conjuntamente os principais problemas da região, formas de enfrentamento e possíveis parcerias para a implementação do programa. Realizou-se uma série de atividades que variavam segundo as condições físicas disponíveis e os interesses dos moradores e, em especial, dos jovens.

Assim sintetiza uma das coordenadoras do programa, em entrevista dada à autora:

Em 2001, quando o projeto surgiu, através de um diagnóstico feito com vários órgãos governamentais e a universidade, ele era subsidiado pelo governo. Foram diagnosticadas várias áreas de Juiz de Fora de violência e risco social. A princípio, foram escolhidas 11 comunidades em que foram diagnosticados maiores risco e vulnerabilidade social. Começou com o trabalho junto à Secretaria de Educação, reunindo arte, cultura, esporte e lazer, dança, teatro, multimídia. Mais tarde, através de atores locais da comunidade, de alguns grupos locais que já existiam então, é que nós incorporamos a capoeira e o hip-hop, o skate e a percussão. Ele começou a funcionar mesmo em 2004. Até então era feito esse diagnóstico, o registro da comunidade (M., em entrevista à autora, 2008).

A escola é a unidade a partir da qual o programa foi concebido e implementado em cada bairro. A ênfase dada à escola se justifica na medida em que essa era vista como ponte direta com o bairro e por seu potencial de difusão de políticas e, em especial, culturais e assistenciais (PREFEITURA DE JF, 2007).

No entanto, estar na escola não é critério para participação no programa, pois, de acordo com uma das coordenadoras,

a princípio, a violência ocorria dentro das escolas. A violência reinava dentro da escola. Hoje, alcança toda a comunidade. Hoje a gente não está atuando apenas com aqueles jovens e adolescentes que estão dentro da escola. Hoje a gente também atende toda a

comunidade. A gente também atende crianças, jovens, idosos. Hoje o programa é muito mais amplo (M., em entrevista à autora, 2008).

Em realidade, não há um critério definido para ingressar no programa, já que este seria

um programa muito amplo. Todos que realmente quiserem podem participar. Não é um critério, mas quando a gente faz a inscrição, a gente considera a questão do Bolsa Família. Por exemplo, a informática. Há uma procura muito grande, mas como a gente trabalha com os computadores da escola, a gente não tem uma quantidade suficiente de computadores disponíveis e também faltam profissionais da área. Então a gente faz uma lista de espera e o critério de acesso à informática é o Bolsa Família, ou seja, esses alunos seriam aqueles que realmente têm mais necessidade, tanto pelo aspecto financeiro quanto, digamos assim, pela própria vulnerabilidade (M., em entrevista à autora, 2008).

Os jovens que participam não recebem nenhuma remuneração e da mesma forma que sua entrada é livre também é assim sua saída. Quanto à equipe do programa, todos eram profissionalizados. Existia uma coordenação e profissionais ligados à parte administrativa e pedagógica.

A questão administrativa que cuida da documentação dos profissionais, folha de ponto, contagem de horário, é tudo com a gente aqui. A gente visita a comunidade, prepara todo e qualquer evento, a gente organiza tudo por aqui. Tem os profissionais da equipe pedagógica; uma pessoa que fica responsável por todos os equipamentos do programa – som, percussão, maquinário; nós temos 13 profissionais que consideramos como instrutores da equipe de hip-hop, de skate, de percussão e capoeira; e tem os profissionais que são cedidos pela Secretaria de Educação, que são profissionais de informática, teatro, horticultura, dança e atividades esportivas e que dão essas oficinas. Hoje, temos 45 profissionais envolvidos (M., em entrevista à autora, 2008).

Quanto aos bairros escolhidos para implantação do programa, o que se observa é que, ainda de acordo com M., existe durante todo o ano a renovação do cadastro, quando então é vista a demanda da comunidade e identificam-se quais os bairros com mais problemas e onde o programa atenderia mais gente.

Assim, em 2005, eram atendidos cerca de 3.263 alunos das mais variadas idades, em 11 locais diferentes da cidade. Em 2006, esse número passou para 4.090 alunos, em 26 lugares. No ano seguinte, foram 8.526 alunos, em 32 bairros da cidade. Em 2008, esse número chegou a quase 10.000 alunos em 44 lugares da cidade.

Nesses locais, os jovens realizam oficinas distintas. Ou seja, em cada bairro são oferecidas diferentes oficinas, pois, segundo M.,

a gente não tem disponibilidade de profissionais. Então a gente vai conforme a demanda. A gente trabalha a partir da demanda, ou seja, não adianta colocar teatro numa comunidade que não se interesse por teatro, a atividade vai ficar lá parada e o nosso objetivo não estará sendo cumprido. Então a gente faz também uma pesquisa junto à comunidade, com os atores sociais daquela comunidade e vê o que realmente poderia enviar. Conversa com o presidente da SPM, conversa com a UBS, conversa com pessoas ligadas à comunidade, com as crianças, apresenta o programa à comunidade. Antes da oficina realmente começar, a gente tem toda uma preparação para definir se uma determinada atividade realmente vai para lá. Hoje existem comunidades, como, por exemplo, Santa Cândida e Santa Cecília, que são mais antigas, onde já temos uma quantidade maior de alunos e oficinas. E tem comunidades que estão começando agora. Então, a princípio, não tem como a gente ir abrindo muito, por causa do espaço físico, por causa de profissionais e também da demanda; não adianta. Por exemplo, numa comunidade nova como Centenário: nós começamos lá com a capoeira e o break. A gente fez uma pesquisa e essas foram as duas oficinas que a gente viu que realmente têm demanda (M., em entrevista à autora, 2008).

Considerando as oficinas por região, tem-se a seguinte distribuição:

Tabela 1. Total de oficinas do Juiz de Fora nos Trilhos da Paz por região da cidade – 2008

Região	Total de oficinas
Leste	37
Sul	31
Noroeste	28
Norte	15
Nordeste	12
Sudeste	09
Oeste	08
Centro	08

Fonte: Secretaria de Políticas Sociais – PJF/2008.

A região Leste era aquela com maior oferta de oficinas. Dentro dessa região, são os bairros Jardim da Lua e Vila Ideal os de maior número de oficinas. Ambos, bairros muito pobres da cidade. A região Sul era a segunda em número de oficinas, sendo Ipiranga o bairro com maior oferta. Na região Noroeste, destacam-se os bairros de Vila Esperança II, Barbosa Lage e Barreira do Triunfo como os com maior número de oficinas. É também em Barreira do Triunfo onde está a maior concentração de jovens participantes do programa no ano de 2008 – 16%. Os bairros Vila Esperança II, Ipiranga e Vila Ideal concentram, cada um, 4% dos jovens ingressos nas oficinas nesse mesmo ano. Interessante também notar que são as oficinas de break, rap, grafite, futsal, handebol, informática, dança, skate, teatro e desenho as oferecidas nesses bairros da região Noroeste da cidade: oficinas tipicamente destinadas aos jovens.

Na região Centro, é o bairro de Dom Bosco o de maior oferta, com 6 oficinas. Como visto anteriormente, esse é um bairro que tem uma significativa ocupação popular e uma imagem de violência, conforme retrata a fala a seguir, do comandante da 99ª Cia da PM, ao referir-se ao aumento de roubos devido ao início do semestre letivo na universidade:

Trata-se de adolescentes vindos do bairro Dom Bosco. Eles atuam quando encontram pessoas sozinhas em locais com pouca movimentação. Em todas as ocorrências, as vítimas eram indivíduos que carregavam aparelhos de MP3, MP4, ou que falavam ao celular. Depois que cometem o roubo, os infratores fogem por trilhas que ligam o Dom Bosco ao campus, o que dificulta a localização (JORNAL PANORAMA, 07/04/2008:6).

No bairro Dom Bosco foram oferecidas as oficinas de capoeira, artesanato, dança de salão, teatro, música e desenho.

Em 2008, o programa atingia a quase 10 mil pessoas² em 44 pontos da cidade, sendo a grande maioria em bairros pobres e periféricos. Do total de jovens inscritos em 2008, 26% residiam em bairros da região noroeste da cidade – região onde se encontram o maior número de MAES. Desses jovens 10% moram em Barreira do Triunfo e 5% em Novo Triunfo – bairros mais distantes do centro da cidade.

A região Sudeste aparece como a segunda maior em termos de concentração de jovens (16%) sendo que Vila Ideal e Vila Olavo Costa aparecem com 5% cada uma. Esses bairros tem população de 7 mil e 5 mil habitantes respectivamente.

Na faixa entre 15 a 24 anos foram atendidos, no primeiro semestre de 2008, 284 jovens. Desses, o maior número concentrava-se nos 15 e 16 anos. Do total de jovens 55% eram mulheres e 45% homens sendo ainda que 26% se declaravam pretos, 18% pardos e 20% brancos.

Dos jovens, entre 15 e 24 anos que se inscreveram no programa nesse período 16% estava no nono ano (antiga oitava série). Considerando que a idade adequada para cursá-lo é de 15 anos é possível imaginar uma adequação da relação série-idade. Contudo, é significativo o fato de 8% do total de jovens, entre 15 e 24 estarem no sexto ano, 14% estarem no sétimo ano e 12% no oitavo ano do ensino fundamental. As idades adequadas seriam, respectivamente, doze, treze e catorze anos.

Quanto ao ensino médio 10% dos jovens encontravam-se no primeiro ano, 7% no segundo e apenas 6% no terceiro ano. Tendo vista que 45% dos jovens inscritos no programa estão em idade de cursarem o ensino médio torna-se insignificante o percentual de jovens que realmente estão em alguma série desse grau. Dado mais alarmante se considerar que 19% dos jovens têm idade de estarem cursando o ensino superior.

Levando em conta apenas o percentual de jovens nos três níveis escolares (fundamental, médio e superior) a discrepância série-idade torna-se ainda mais evidente. 68% dos jovens do programa estavam ainda cursando o ensino fundamental, 31% no ensino médio e apenas 1% no ensino superior.

De acordo com o INEP (2007), é no ensino médio que ocorre o maior índice de evasão escolar – apenas 72% dos alunos conseguem concluir o ensino médio – e, a distorção série-idade nesse período de ensino também é elevada - apenas 45,5% dos alunos se situam na faixa adequada. A realidade em Juiz de Fora não é diferente, como indica a tabela abaixo:

Tabela 2. Distribuição percentual da evasão escolar nas redes de ensino da cidade no ano de 2005

Rede	1ª a 4ª séries	5ª a 8ª séries	Ensino Médio
Estadual	1,73	6,03	11,11
Federal	0,0	0,0	0,28
Municipal	3,48	12,61	21,15
Particular	0,19	0,12	1,11

Fonte: Anuário estatístico de Juiz de Fora (2007)

Nota-se que é também no ensino médio que se situa o maior percentual de evasão escolar. Em 2006, segundo o Censo Escolar, existiam, na cidade, 13.017 alunos matriculados nesse nível de ensino enquanto que nos anos finais do ensino fundamental esse número era de 27.161 pessoas.

A menor quantidade de alunos matriculados no ensino médio e a maior taxa de evasão escolar são, em grande medida, explicadas pelo fato de que, em famílias mais pobres é comum que, ao superar a idade própria para a conclusão do ensino fundamental, o jovem deixe a escola para trabalhar. Mas se, ao contrário, termina o nono ano com 13 ou 14 anos, o aluno tem mais chances de dar continuidade aos estudos, completando o ensino médio.

Dentre as oficinas oferecidas pelo programa 41% dos jovens realizavam atividades de esporte (vôlei, ginástica, handebol, futebol etc), seguido por dança com 18% e informática com 12%. Por fim, do total de jovens 33% deles recebem bolsa família e apenas 5% fazem, ou já fizeram, parte de algum outro programa.

Os dados acima permitem construir um breve perfil dos jovens atendidos pelo programa JF: na Paz. São em sua maioria jovens pobres, pretos, mulheres, residentes em bairros periféricos, com significativa defasagem série-idade escolar e de grande fragilidade sócio-econômica.

AS IMAGENS DE JOVENS E DE JUVENTUDE NA FALA DOS EDUCADORES DO “JF NA PAZ”

Para identificar as imagens de jovens e de juventude foi preciso considerar como os educadores das oficinas, aqueles que trabalham diretamente com os jovens em seus bairros,

constroem as suas representações. Para tanto, indagou-se quais as concepções que tinham de jovem e juventude. Uma primeira resposta enquadra-se numa visão de juventude e de jovem referida a um passado considerado melhor, quando os jovens eram mais obedientes e disciplinados. Por essa razão, Ml. observa:

Hoje a juventude está bem complicada. Está tendo que ter muita, muita atenção, porque o jovem tem muita informação e pouca formação. Tudo hoje é muito liberado, eles não estão querendo ter um limite, não se está podendo pôr limite no jovem, os pais estão esquecendo de colocar limite nos filhos jovens; então está ficando muito complicado. Eles estão achando que deixar tudo é o melhor para o jovem, que assim não vão perder o carinho do filho, e esquecendo de pôr limite, vão deixando tudo e isso vai estragando a juventude (Ml., em entrevista à autora, 2008)

Para Jm., também é a perda de limites, função que caberia aos pais, e a conseqüente indisciplina que caracterizam os jovens hoje:

Se os pais, hoje em dia, falassem para eles como é o mundo... Porque no nosso tempo não tinha essa liberdade. Se a gente falasse, “- Mãe, eu vou, por exemplo, à *lan house*”, “- Não, você vai fazer o trabalho dentro de casa primeiro”, a gente já não tinha aquele susto que eles têm hoje. Fazer o trabalho dentro de casa era estudar, fazer a matéria do colégio, ajudar os pais a fazer as coisas dentro de casa, e isso hoje os jovens fazem, mas fazem empurrados para poder logo ir para a rua. Não respeitam o que os pais estão falando.

Outra representação remete à imagem de um momento de instabilidade e insegurança quanto a sua formação futura. Um momento em que são bombardeados por informações, são pressionados a tomar decisões e, em contrapartida, encontram-se desamparados e desorientados. Nesse sentido se posiciona a fala de Mc. ao afirmar que, para ela, ser jovem é “uma coisa meio complicada. Atualmente o jovem é muito ansioso. Essa coisa dele ter que ser alguma coisa. Essa cobrança. Eles têm acesso a muita tecnologia e acabam se isolando um do outro. Para mim, ser jovem hoje está muito difícil”.

Posição próxima a de Mb., quando diz que a juventude

é um desafio constante. As pessoas comparam os jovens: “ah, na minha época era assim e assado”, às vezes a gente cobra que os jovens sejam como a gente foi há vinte anos, sem levar em conta que a realidade mudou. Hoje a mulher tem outros papéis. Esses

meninos vivem com pais separados que muitas vezes nem dão atenção a eles, a escola não tem sido mais para o aluno, aí eles encontram na internet o lugar em que são compreendidos, na TV. Estão numa condição de não-lugar. Para mim, a juventude vive constantemente no olho do furacão.

Sua fala nega as explicações que procuram identificar a existência no passado de um jovem ideal afirmando as mudanças dos contextos sociais aos quais estariam inseridos. No entanto, sinaliza também para a inexistência de lugares onde esses jovens pudessem ser compreendidos e, por outro lado, sua busca incessante por esse lugar (como a internet e a TV). Daí a idéia de não-lugar. Não-lugar no sentido de não compreendidos ou no sentido de um lugar onde são invisíveis. Isso faria com que, no entender de Mb., ser jovem hoje fosse algo extremamente difícil.

Jd., educador da oficina de atividades esportivas, responde à questão comparando-se aos jovens. Assim, afirma ser “uma pessoa muito aberta. Eu sou uma pessoa extremamente democrática e bastante crítica. Eu sou uma pessoa que gosta de tudo que o jovem de hoje gosta”. A partir desse momento ele faz sua separação em relação ao que ele identifica como sendo uma atitude dominante entre os jovens: “Porém, com um pouquinho mais de cultura, com um pouquinho mais de gosto, tanto pela estética quanto pela ética”. Feita essa distinção, prossegue o educador:

Eu acho que o jovem de hoje não tem muito essa noção. O jovem de hoje está sendo trabalhado por um monte de informações, informações educacionais, informações de como se organizar, não pode isso, não pode aquilo. Mas ele mesmo está esquecendo da referência dele, do que ele quer. Tem horas que ele quer demais, tem horas que ele não pode nada, e fica sempre nesse conflito. O jovem não sabe o que pode e o que não pode, porque a bagagem cultural dele não dá uma formação moral individual para que ele se posicione perante essas questões hoje (Jd., em entrevista à autora, 2008).

Mais uma vez, a fala aponta para uma condição de instabilidade, insegurança e indefinição em relação à vida. A indecisão sobre o que pode ou não pode o jovem é vista pelo educador apenas como uma questão individual, fruto de uma formação de âmbito privado, que não teria dado as bases morais necessárias. Essa é, para o entrevistado, o foco do problema dos

jovens hoje: uma má formação moral e, como consequência, sua dificuldade de se posicionar diante dos fatos e acontecimentos da vida. Completa:

Parece sempre que está faltando alguma coisa. Um exemplo bobo: ninguém precisou me ensinar que a biblioteca deveria ser um lugar de silêncio e concentração. Eu tenho alunos, de todas as faixas etárias que não conseguem ficar 30 segundos em silêncio dentro da biblioteca e não é porque são maus ou ruins, mas porque eles não têm isso como valor moral. E eu acho que você só aprende uma coisa, só realiza uma coisa se você tiver como valor moral para si. Você só aprende o que você entende como valor moral (Jd., em entrevista à autora, 2008).

Nota-se pelas falas uma concepção de jovem e de juventude extremamente conservadora e marcada pelas imagens negativas que carregam os jovens. Assim, fase da vida, momento de indecisão e insegurança, caráter moral frágil, necessidade de amparo pelo mundo adulto, são representações dadas aos jovens por aqueles que executam o programa JF na Paz. Vale lembrar que o trabalho é junto a jovens pobres. E talvez seja esse o olhar que os educadores tenham deles – indivíduos em constante e eminente risco e que, portanto, precisariam ser tutelados.

Interessante, ainda é perceber a representação no que toca a forma como o jovem deve estar na cidade. Ml., educadora da oficina de capoeira, realizada com os jovens de Santa Cândida, quando perguntada sobre como trabalhava com os jovens do bairro no sentido de desconstruir as imagens que se têm do bairro e da cidade, responde:

A gente procura mostrar para as crianças o seguinte: a mudança de comportamento, através da mudança de comportamento. Se você já sai daqui gritando, se você já chega no Centro olhando demais, fazendo umas graças – geralmente eles têm mania de chamar a atenção. Se comportar melhor; escolher o lugar em que se está e se comportar como deveria se comportar estando no centro da cidade. Não é gritando, jogando as coisas, como eles fazem por aqui, que eles têm que fazer no Centro. A gente tem que se comportar porque a idéia do posso dessa marginalidade é isso. Porque o comportamento não muda, porque eles saem daqui e querem se comportar aqui, no Alameda, do mesmo jeito que eles se comportam aqui. E isso tem que ser conversado com eles, mostrando a realidade. Não é porque eles são jovens daqui, da periferia, porque são pobres, que eles são destratos. É pelo comportamento deles. Eles têm que ir se adequando pela situação (Ml., em entrevista à autora, 2008).

Jm., educador da oficina de hip-hop no mesmo bairro, reafirma a fala de Ml., ao dizer que “trabalha com eles um comportamento diferente no Centro para serem aceitos lá embaixo como

são aceitos no bairro”. Isso porque, complementa Ml., os demais “julgam os jovens por um, porque não conhecem. Porque eles falam do bairro. Eles pixam os bairros. Aí entra todo mundo. A gente tenta mostrar que é diferente, que até aquele que faz realmente esses atos, a gente está tentando buscar”.

É o comportamento de cada jovem individualmente ou em grupo que seria um elemento promotor da forma desigual pela qual são tratados na cidade. O foco da discussão, portanto, está na tentativa de disciplinar ou “educar” os comportamentos considerados desviantes. Para serem aceitos no Centro, o primeiro passo, senão o mais importante, já que é esse o único mencionado, é igualar o comportamento deles aos dos outros. Entendidos esses outros como os adultos ou os jovens de setores mais abastados da sociedade.

Mais do que isso, é como se fosse tolerado que eles se comportassem de maneira “indisciplinada” em seu bairro, mas não no restante da cidade. É como admitir que esse comportamento ruidoso, violento, indisciplinado fosse aceitável num ambiente de mesmas características e em outros distintos fosse preciso “ir se adequando pela situação”. Aqui, corrobora-se a idéia do jovem como o sujeito indisciplinado, ruidoso e violento, sendo preciso discipliná-lo para que, só então, possa ser aceito pelo restante do grupo social.

BREVES REFLEXÕES SOBRE O JUIZ DE FORA NOS TRILHOS DA PAZ

Muitos autores situam a década de 1990 como um marco na elaboração e difusão de políticas voltadas à juventude no Brasil. De forma breve, pode-se dizer que três fatores ajudamos a entender esse momento.

O primeiro seria o grande aumento proporcional da população jovem no país – o número de jovens* (entre 15 e 24 anos) passou de 8,3 milhões, em 1940, para cerca de 34,1 milhões, em

* Ao se falar de jovem nesse trabalho remete-se ao jovem urbano cuja faixa etária é oficialmente definida entre 15 e 24 anos. No caso dos jovens rurais o limite estende-se até os 30 anos.

2000. Projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que essa população deixará de crescer, tornando-se cerca de 31,5 milhões em 2020 (IBGE, 2007).

Um segundo fator seria o agravamento da chamada “crise urbana” e de seus efeitos correlatos – periferização e violência –, sendo os jovens os mais atingidos, como vítimas ou como agressores. É entre os 15 e os 24 anos que se verifica o maior aumento da mortalidade nas últimas décadas, assim como também é significativo o rejuvenescimento da população encarcerada no país. Também se ampliou a presença dos jovens nas ruas das cidades.

Por fim, também as mudanças ocorridas nos últimos anos no mundo do trabalho, que tornaram ainda mais difíceis as formas de acesso desses jovens ao emprego, parecem ter contribuído para tal reorganização de políticas públicas. Assim,

se considerarmos apenas o ponto de vista demográfico, as pressões que a faixa etária jovem realizará no momento atual no País não serão desprezíveis, compreendendo o acesso a educação, empregos, saúde, previdência e demais direitos que constituem um patamar mínimo de qualidade de vida na sociedade contemporânea (SPOSITO, 2003:10).

É nesse sentido que as políticas destinadas a esse segmento etário passam a ter centralidade. E é nesse contexto que se insere o Juiz de Fora nos trilhos da paz

Como visto anteriormente, no JF na Paz, os jovens atendidos não precisam estar na escola para participarem, pois a intenção é “resgatar aqueles que estão nas ruas vivendo em vulnerabilidade social”, como sinaliza a fala de uma das executoras do programa, em entrevista dada à autora:

Hoje a gente trabalha com toda a comunidade. Então, aquele menino que não está na escola por algum motivo de exclusão, nos interessa muito, justamente para tê-lo participando de um grupo. A questão também de trabalhar com ele a questão da união, do equilíbrio, da inserção dele novamente numa sociedade, num grupo. Isso é muito importante. Porque os alunos que já estão na escola, para esses já existe uma inserção social. Enquanto aqueles que estão fora, às vezes, o grupo em que eles estão inseridos é fechado, é restrito (M., em entrevista à autora, 2008).

A questão da inserção social pela via da construção de vínculos sociais, mediada pelo programa, é uma preocupação constante, já que se entende que essa seria uma das possibilidades de retirar os jovens da rua e da ociosidade. Nessa mesma entrevista, afirma-se:

Hoje a gente consegue visualizar uma melhora muito grande dos meninos, principalmente porque aqueles que nos interessam não são apenas aqueles que estão dentro da escola, mas principalmente os que estão fora da escola. São aqueles jovens que mexem com drogas, a gente vê que são crianças... que é um problema que num futuro pode se tornar um problema não só para aquela comunidade, mas para a sociedade de uma forma geral. Está complicado, porque, principalmente nesses lugares como Vila Esperança, que é uma comunidade também complicada, Santa Cecília, Santa Cândida, Vila Alpina, São Benedito, são comunidades que realmente têm um grande índice de violência. Foram por elas que nós começamos (M., em entrevista à autora, 2008).

A fala sinaliza para essa dupla representação da juventude e dos jovens. De um lado, como o amanhã, depositando nesse segmento (assim como na infância) as esperanças de um futuro melhor. Mas é também a juventude vista como um momento de potencial risco. Diante disso, eles precisariam ser protegidos dos riscos e perigos da rua e da ociosidade. Nota-se, portanto, que a imagem do elaborador e gestor da política está em consonância com aquela produzida pelos educadores das oficinas.

Na elaboração de políticas destinadas a esse segmento etário é comum a associação mecânica entre ociosidade e conduta criminosa. Essa associação é bastante presente não apenas nas concepções das políticas públicas, mas no próprio imaginário social.

Em nossa sociedade, o trabalho somente se realiza como social pela via da participação no mercado de trabalho. E, da mesma forma, a inserção social – como sujeito individual ou coletivo – depende da via do assalariamento, portanto do emprego. O emprego, e, portanto, o trabalho, daria visibilidade social, que identifica os sujeitos como confiáveis e não-perigosos. Visão que parece encontrar respaldo em uma concepção de cidadania na qual o cidadão não tem lugar já que “a identidade é atribuída pelo vínculo profissional sacramentado pela lei, que o qualifica para o exercício dos direitos” (TELLES, 2001:23). Nesse sentido, o trabalho “opera um modelo de

reconhecimento mútuo, ou seja, é também pelo trabalho que os sujeitos se reconhecem como agentes sociais moralmente aceitáveis” (ORGANISTA, 2006:20).

Daí a necessidade de se ocupar o tempo livre, combater o ócio, pois a desocupação é entendida como a responsável pelas falhas de conduta e caráter de muitos jovens homens e mulheres.

Sposito afirma:

No Brasil, coexistem percepções que se situam em campos distintos e muitas vezes opostos. É inegável que, de modo geral, os jovens na sociedade brasileira ainda são tematizados como problemas sociais (...). Mas orientações dominantes dos períodos anteriores ainda permanecem. Constata-se, com frequência, a defesa de uma integração dos jovens nos moldes da modernização, observado nos anos 1950, tanto pela idéia do acesso à escolaridade, como fator de mobilidade social, quanto pela necessidade de ocupação de seu tempo livre com atividades ligadas ao esporte entre outras (SPOSITO, 2003:61).

Essa parece ser a orientação dominante no programa JF na Paz. A localização prioritária em bairros e regiões consideradas de risco social ou de grande vulnerabilidade e o caráter das oficinas oferecidas indicam a estreita proximidade com a afirmação de Sposito (2003). Não à toa são as atividades esportivas as mais oferecidas pelo programa. Seria essa uma tentativa de “tirar os jovens da rua, afastando-os dos riscos que ela traz”?

Além disso, esse programa também se aproxima daquelas políticas que buscam, conforme Cassab (2007), a contenção dos jovens e dos eminentes perigos que eles possam representar.

No caso específico das políticas para o jovem é fácil encontrar, convivendo em um mesmo órgão ou instituição pública, orientações destinadas ao controle social do tempo dos jovens, à formação da mão-de-obra e aquelas que vêem os jovens como sujeitos de direitos.

Essas políticas estão marcadas por uma determinada concepção de juventude que oscila entre seu enaltecimento e sua identificação como sujeitos perigosos. Para isso muito contribuem os meios de comunicação de massa.

Leiro (2004) mostra que, de modo geral, o tema da juventude aparece de formas distintas nos meios de comunicação. Quando as matérias são dirigidas para os próprios jovens, os temas são:

Cultura e comportamento: música, moda, estilo de vida e estilo de aparência, esporte e lazer. Quando os jovens são assunto dos cadernos destinados aos “adultos”, no noticiário, em matérias analíticas e editoriais, os temas mais comuns são aqueles relacionados aos “problemas sociais”, como violência, crime, exploração sexual, drogadição, ou as medidas para dirimir ou combater tais problemas (LEIRO, 2004:65).

Há uma clara diferenciação quanto aos jovens. Quando retratados nos cadernos “adultos”, estes parecem ganhar novas faces e expressões. Trata-se, principalmente – mas não exclusivamente – de jovens provenientes das camadas mais pauperizadas da sociedade.

Cassab (2007) identificou, em pesquisa realizada no jornal impresso de maior circulação de Juiz de Fora, a clara associação entre jovens pobres, moradores de bairros periféricos, e violência. Mais ainda, como as políticas destinadas aos jovens na cidade visam, em muitos casos, a contenção deles em seus bairros.

Os programas funcionam muitas vezes como elementos de territorialização do jovem em seu bairro ou região, afastando-o do centro e propiciando a ele apenas uma circulação funcionalizada nesse espaço. Assim, atende-se a pressão da opinião pública sobre o controle urbano. Os jovens, isolados em seus locais de moradia, não são objeto de interesse das políticas. Em seus locais de moradia, marcados pelas desvantagens, os jovens são invisíveis, integrados ao ambiente desvalorizado, não causam estranheza e nem são alvo de controle público acentuado. Na medida em que se afastam desse local, passam a ser visíveis justamente por sua desvantagem, profundamente marcada por sua origem. (CASSAB, 2007:10).

É comum ser o critério de escolha para a implantação do programa JF na PAzo acontecimento de algum evento violento no bairro. Encara-se como solução para os problemas sociais e suas manifestações violentas a inserção de crianças e jovens no JF na paz. A lógica seria: o jovem sai da rua, ocupa seu tempo ocioso, permanece em seu bairro de origem. Não circula pela cidade e, conseqüentemente, deixaria de representar qualquer risco para os outros. Mantém-se a forma tradicional de se tratar os jovens pobres.

Em grande parte, é essa a representação de juventude que orienta o JF na Paz. Jovens, cujo tempo e circular devem ser vigiados, controlados e limitados, em muitas situações ficam restritos a fragmentos da *urb* e, em muitos casos, sua circulação representa ou simboliza perigo, desordem ou distúrbio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ora vistos como problemas, ora como potencialidades, essas representações dos jovens acabaram orientando muitas das políticas destinadas a esse segmento etário e que, em muitos casos, tiveram como intenção “ocupar o tempo livre desses jovens através de políticas que tenham um caráter normativo e que sigam uma concepção de cidadania civilizatória e de pacificação social na linha da adequá-los a condutas determinadas” (CASSAB, 2007:121).

É também, em grande parte, essa orientação e essa representação de juventude que restringirão o acesso dos jovens à cidade, bem como o uso que fazem dela. Eles, cujo tempo e trânsito devem ser vigiados, controlados e limitados, em muitas situações, ficam restritos a pedaços da cidade e, em muitos casos, sua circulação representa perigo, desordem ou distúrbio.

Pensada de forma dual, essa política abandona o entendimento do jovem como agente do presente. Por trás dessa idéia estaria a noção da juventude como uma fase da vida, uma transição. Um momento que precisa ser controlado de perto, dado seus riscos naturais agravados pelas condições de precariedade sócio-econômica. Mas quem são de fato esses jovens e que juventude eles vivem?

Normalmente a inserção sócio-econômica real desses jovens é marcada pela falta de horizontes profissionais, pelas altas taxas de desemprego juvenil, pela falta de equipamentos sócio-culturais. Dividindo-se entre a necessidade de estudar e trabalhar, em querer ter lazer e não ter acesso a ele, de querer acompanhar a velocidade do mundo digital e não ter acesso a um computador. A todas essas dificuldades se acresce uma maior intolerância e julgamento dos

comportamentos e diferenças desses jovens. Castro e Abramovay (2002:19) afirmam, por exemplo, que para os meios de comunicação “os jovens, principalmente se pobres e pretos, são os sujeitos perigosos, perigo este ligado à sua classe e idade”.

A adoção desse paradigma conceitual sobre juventude é um forte complicador na elaboração de políticas destinadas aos jovens. Essas são pensadas a partir de uma imagem preexistente e negativa. O resultado seriam políticas fragmentadas, que transformam os jovens no problema e na ameaça e faz com que esses sujeitos precisem estar num amplo e significativo campo de controle. Além disso, em sua maioria, são políticas não realizadas pelos jovens.

Essas representações orientaram o Juiz de Fora nos Trilhos da Paz. O interesse é, sem dúvida, atingir os jovens oriundos das camadas mais pobres e moradores das regiões periféricas. Se, por um lado, é justamente sua condição real de pobreza que os identifica como potencialmente perigosos, por outro, o simples fato de serem jovens faz com que sejam tratados como sujeitos dotados de possibilidades, portadores do amanhã, desde que seja garantida sua permanência dentro do pacto social estabelecido. Essa função caberia ao programa.

Talvez, por conta disso, o programa ainda se situe entre aquelas políticas que visam ocupar o tempo livre. Uma política de caráter normativo e que busca a pacificação social na linha de adequar os jovens a condutas determinadas e com uma nítida ação de contenção de possíveis comportamentos violentos e destrutivos.

Não parece possível pensar em uma política destinada aos jovens pobres urbanos sem pensar sobre suas condições de vida, suas atuais e futuras oportunidades e sem pensar sobre os sonhos possíveis de se realizarem – sobre seus projetos.

Por essa razão uma política destinada a esse segmento etário e, em especial aos jovens pobres, deve estar verdadeiramente orientada para um amplo conjunto de direitos, dentre eles o direito de ser jovem, de ser trabalhador, o direito à cidade, aos serviços públicos de saúde e educação etc. Deve ser orientada para que os jovens sejam sujeitos corporificados de direitos, ou, nos dizeres de Hannah Arendt (1995), de fato tenham “direito a terem direitos”. Parece que ainda há muito a caminhar nessa direção

**IMAGES AND REPRESENTATIONS OF YOUTH AND OF THE YOUNG: CONSIDERATIONS
ABOUT THE PROGRAM "JUIZ DE FORA NOS TRILHOS DA PAZ"**

ABSTRACT

The objective of this paper is to out a brief analysis of the program "Juiz de Fora nos trilhos da paz". The intention is to try to identify some of the images and representations that the program has of youth and the young. It is expected that this article can promote reflection on the consequences and effects of the constructed images of the young and of youth in the definition of the policies destined to this segment in the city of Juiz de Fora.

Keywords: Youth, policy, "Juiz de Fora nos trilhos da paz"

Notas:

¹ Os dados e informações coletados sobre o programa são oriundos dos trabalhos de campo realizados no ano de 2008 durante o doutoramento em Geografia.

² Desse total nem todos são jovens – compreendendo os indivíduos na faixa entre 15 e 24 anos conforme a Organização Mundial de Saúde. O programa atende de criança a idosos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, H. (1995). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

CASSAB, Clarice. *(Re) construir utopias: jovem, cidade e política*. Programa de Pós-graduação em Geografia. Niterói: UFF, 2009 (Tese de doutorado).

CASSAB, M. A. T. et. (2007). "Imagens e Políticas para jovens pobres: interações na ordenação da cidade". *Libertas*, v. 2 n1, p. 1.

CASTRO, Mary Garcia e ABRAMOVAY, Miriam (2003). *Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes*. Brasília, UNESCO.

LEIRO, Augusto Cesar Rios. (2004). *Educação e mídia esportiva: representações sociais de juventude*. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em educação. Faculdade de Educação. Salvador, UFBA (datilo).

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. (2006). *Atlas Social de Juiz de Fora*. Juiz de Fora.

ORGANISTA, J.H.C. *O debate sobre a centralidade do trabalho*. São Paulo: Expressão popular, 2005

RUA, Maria das Graças. (1998). “As políticas públicas e a juventude dos anos 90”. in. E. Berquió, (org). *Jovens acontecendo na trilha da política*. Brasília, Comissão Nacional de População e Desenvolvimento.

SPOSITO, Marilia. (2003). “Trajetórias na construção de políticas públicas de juventude no Brasil”. in., M. V. FREITAS (org). *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo, Cortez.

TELLES, Vera. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: Editora 34, 2001.